

O meio ambiente como bem jurídico tutelado pelo direito penal.

Autor(res)

Volnei Rosalen

Geovana Junkes

João Victor Scheidt Stein

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

Introdução

A tutela expressa do meio ambiente na Constituição Federal de 1988 reitera a ecologização de um direito fundamental, este o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, no que se refere à incorporação de um sistema jurisdicional necessário voltado para sua proteção, que consolidou-se, clara e inequivocamente, à responsabilização e a possibilidade de aplicação de sanções penais a qualquer indivíduo ou entidade que exerça atividades ou adote condutas potencialmente lesivas ao equilíbrio ecológico (art. 225, § 3º). Assim, a germinação de uma consciência ambientalista proporcionou o surgimento e o desenvolvimento de uma legislação ambiental que visa a criminalização de condutas lesivas ao meio ambiente, Lei n. 9.605 de 1988 (Lei de Crimes Ambientais e dá outras providências).

Objetivo

Analisar a possibilidade e a adequação da utilização do direito penal ambiental frente ao princípio da intervenção mínima sobre o tema da incorporação da tipicidade penal e da concepção de bem jurídico, observando os limites e a legitimidade da tutela penal ambiental no contexto dogmático e à luz da Constituição.

Material e Métodos

O presente resumo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, apoiada em pesquisa documental e, majoritariamente, bibliográfica. O método empregado baseou-se na análise da Lei n. 9.605/1998, de artigos científicos relevantes e de livros doutrinários constitucionais ambientais e penal, com contribuições de José Afonso da Silva, José Joaquim Gomes Canotilho, Fernando Capez, entre outros. Adotou-se, assim, o raciocínio dedutivo de terreno dogmático sobre a celeuma quanto à aplicabilidade da esfera penal no perigo ou efetiva lesão ao meio ambiente.

Resultados e Discussão

Da análise do princípio da intervenção mínima constata-se a característica de subsidiariedade da penalização, de modo que o direito penal só deve atuar quando fracassadas as demais barreiras protetoras do bem jurídico, isto é, quando a pena se mostrar como único e último recurso cedendo à ciência criminal a tutela imediata dos valores primordiais da convivência humana (Capez, 2014). Portanto, as sanções penais, dispostas na Lei n. 9.605, se

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



aplicam tão somente às situações em que o crime e a pena se harmonizam com o despertar de uma gravidade concreta de conduta penal lesiva ao bem jurídico tutelado, que é precisamente o direito constitucional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O tipo incriminador penal seleciona, dentre todos os comportamentos humanos, somente aqueles que possuem lesividade social (Capez, 2014) e, uma vez positivado, o equilíbrio ecológico se transforma em preocupação de interesse geral e de intervenção do Estado (Canotilho, 2015).

Conclusão

Conclui-se, portanto, que não cabe a aplicabilidade do princípio penal de intervenção mínima na observância do direito fundamental ao meio ambiente (Piedade, 2017), dada sua natureza constitucional e relevância, não se submetendo ao prisma da subsidiariedade. Legítima é a intervenção penal quando há perigo ou efetiva lesão a um bem jurídico (Fiorillo, 2009), posto que se trata de sumo valor à sociedade e, no que tange ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à vida.

Referências

- BRASIL. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em 10 de out. 2025.
- SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- LEITE, José Rubens Morato; CANOTILHO, José Joaquim Gomes; outros. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- PIEIDADE, Antonio Sergio Cordeiro; ADAMCZYK, Jamille Clara Alves. A tutela penal do meio ambiente e a sua (in) compatibilidade com a intervenção mínima. Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo, Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-118, 2017.